



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 43 / XV / 1.ª SL

Aos quatro dias do mês de abril de 2023, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA, para audição conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus, do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeu, no âmbito do acordo de aquisição de munições por parte da União Europeia para envio à Ucrânia.

3. Discussão na especialidade dos Projetos de Resolução números:

[407/XV\(PSD\)](#) – «Criação de um Tribunal Especial Internacional Para os Crimes cometidos na Guerra da Ucrânia.»

[467/XV\(PAN\)](#) – «Recomenda ao Governo que apoie o processo de constituição de um tribunal penal especial para investigar e julgar os crimes de guerra perpetrados pela Rússia na invasão da Ucrânia.»

[468/XV\(PAN\)](#) - «Recomenda ao Governo que condene o ecocídio provocado pela Rússia na Ucrânia e que apoie as iniciativas internacionais tendentes a assegurar a reparação da destruição ambiental provocada.»

Nota: Estas 3 iniciativas foram votadas na generalidade em Plenário, tendo baixado à Comissão, nos termos do n.º 4 do artigo 128.º do RAR, para discussão na especialidade, no intuito de poder consensualizar-se uma versão única.

Os serviços elaboraram e remeteram às diferentes coordenações uma proposta de trabalho, tendo em vista uma eventual consensualização de texto final.

4. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução número:

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 43 / XV / 1.ª SL

[563/XV/1.ª \(L\)](#) - Condenação da invasão ilegal do Iraque, no seu vigésimo aniversário.

5. Votação do Projeto de Voto n.º:

294/XV/1.ª (BE) – De condenação a Israel, pela expulsão da Eurodeputada Ana Miranda

Nota: a apresentação e discussão decorreram na última reunião (21 de março). O BE ficou de alterar a redação inicial, após contactos junto de PS e PSD. Temos versão atualizada?

6. Apresentação e votação dos Projetos de voto números:

[238/XV](#) (L) - De pesar pelo assassinato da ex-deputada afegã Mursal Nabizada

[302/XV/1.ª](#) (PS e PSD) - De saudação pelo Dia do Mediterrâneo

7. Leitura e votação das seguintes Atas:

n.º 41, de 14 de março de 2023;

n.º 42, de 21 de março de 2023.

8. Outros assuntos

Iniciada a sessão, interinamente dirigida pela Vice-Presidente da Mesa da Comissão, Deputada Olga Silvestre e no âmbito do **Ponto 1.** da OD, registou-se o seguinte:

- Na sequência dos contactos estabelecidos junto do MNE relativos ao agendamento da audição regimental, foi-nos comunicado não existir já espaço de agendamento por parte do Sr. Ministro para 11 nem 18 de abril, devido a compromissos no estrangeiro. As datas alternativas apresentadas pelo Sr. Ministro são 23 ou 30 de



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 43 / XV / 1.ª SL

maio. Dado que a 23 de maio irão ter lugar jornadas Parlamentares do PSD, ficou desde logo fixada para o presente efeito, a data de 30 de maio.

- O Imamat Ismaili confirmou a disponibilidade para comparecer em Comissão no próximo dia 11 de abril, pelas 15 horas.
- Vai estar de visita a Portugal, entre 10 e 15 do corrente mês, uma delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Alemanha–Portugal, o qual manifestou a intenção de poder reunir-se com a CNECP. Neste seguimento, ouvidos os Grupos Parlamentares presentes, ficou agendada a data de 12 de abril, quarta-feira, pelas 11:00 horas, no formato de Mesa + Coordenadores, aberto, como habitualmente, aos demais Deputados que nela queiram tomar parte.

Passados ao **Ponto 2.**, foi concedida a palavra ao Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) para apresentação de requerimento solicitando a audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus. Fundamentou o requerimento com a necessidade de garantir transparência no processo de aquisição de munições, prevenido factos como os que ocorreram no passado recente com as vacinas adquiridas à Pfizer, de onde emergiram indícios de ilegalidades presentemente sob investigação na União. Sublinhou não estar em causa a aquisição de munições nem a ajuda à Ucrânia, mas apenas uma questão de transparência. E recordou, a finalizar, que países como Polónia, Roménia, Bulgária, Chéquia e Lituânia já terem declinado a compra de mais vacinas, contrariamente ao compromisso em tempo assumido pela Comissão Europeia.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Miguel Iglésias (PS) para sublinhar que qualquer procedimento de contratação pública, nacional ou internacional, deve sempre pautar-se pela transparência, tendo realçado, ainda, que a decisão em apreço foi tomada na mais recente reunião do Conselho Europeu. Terminou, solicitando que o âmbito da audição fosse alargado à Ministra da Defesa Nacional, atenta a natureza da matéria.

Tiago Moreira de Sá (PSD) para igualmente sublinhar a importância da transparência em procedimentos como o presente. Concordou com a vinda da Ministra da Defesa Nacional.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 43 / XV / 1.ª SL

Diogo Pacheco de Amorim (CH) para concordar com o alargamento do âmbito subjetivo da audição, predispondo-se a apresentar requerimento atualizado.

Neste seguimento, tomando por assente a decisão atualizada do CH, procedeu-se à votação do requerimento, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes e com a ausência de IL e PCP.

No **Ponto 3.**, devido a problemas de sobreposição de trabalho parlamentar, o PAN solicitou o adiamento desta discussão.

No **Ponto 4.**, estando ausente o autor da iniciativa, ficou adiada a sua apresentação e discussão.

No **Ponto 5.**, procedeu-se à votação da versão atualizada do Projeto de voto n.º 294/XV, cuja discussão havia decorrido já na passada reunião de 21 de março. Confirmada a nova redação, foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado com votos favoráveis de PS e BE, e a abstenção de PSD e CH, tendo estado ausentes IL e PCP.

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra ao Deputado Miguel Iglésias para apresentação do Projeto de Voto n.º 302/XV/1.ª.

Não se tendo registado demais intervenções e uma vez submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência de IL e PCP.

Finalmente, no **Ponto 7.** da OD, oram lidas as atas em referência, as quais, não tendo suscitado quaisquer comentários, foram submetidas a votação, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência de IL e PCP.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 43 / XV / 1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas quinze horas e vinte e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o registo áudio da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata, sendo [consultável aqui](#).

Palácio de São Bento, 4 de abril de 2023,

A PRESIDENTE DA MESA (em exercício)

(Olga Silvestre)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 43 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Cláudia Santos (PS)
Edite Estrela (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Isabel Pires (BE)
Susana Correia (PS)
Dinis Ramos (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Francisco Pimentel (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Francisco César (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Rodrigo Saraiva (IL)
Bruno Dias (PCP)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 11 de abril de 2023